

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRA ALVES RODRIGUES

**LINHAS DE RIQUEZA PARA CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA EM 2010**

CURITIBA

2015

ALESSANDRA ALVES RODRIGUES

**LINHAS DE RIQUEZA PARA CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA EM 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ALESSANDRA ALVES RODRIGUES

LINHAS DE RIQUEZA PARA CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA EM 2010

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 02 de julho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho aos meus pais e irmãs que acreditaram e me apoiaram na decisão difícil que tomei aos 18 anos, quando mudei sozinha de São Paulo a Curitiba para começar o curso de Economia na UFPR. Nunca vou esquecer o meu primeiro dia nessa cidade, quando meus pais me deixaram em uma pensão e disseram que teriam que seguir viagem de volta para São Paulo. Lembro-me deles indo embora e o desespero tomando conta de mim. Nesse momento caiu a ficha que ficaria em Curitiba, pelos próximos 5 anos da minha vida e teria que me virar sozinha por aqui. Pensei em desistir várias vezes por saudade, mas eles sempre estavam comigo para me apoiar e me incentivar a chegar até o fim. E esse dia chegou...

Agradeço a Deus, por ter me dado força, equilíbrio e saúde para chegar até aqui. Por ter me dado uma família maravilhosa e amigos para a vida toda.

Agradeço Curitiba, por ser uma cidade tão incrível para se morar.

Agradeço aos professores que contribuíram para minha formação...

Agradeço a querida professora orientadora Raquel Guimarães, que teve total paciência e atenção na condução dessa monografia, e por ser uma excelente profissional.

Agradeço aos professores Angela Welters e Igor Zanoni pelas aulas que tive o prazer em presenciar e pelas reflexões pertinentes na análise desse trabalho.

Agradeço e me orgulho em ter na minha formação a Universidade Federal do Paraná.

“Com quantos pobres se faz um rico?”
(Autor desconhecido)

“O que o socialismo prometia não era uma distribuição absolutamente igual, mas uma distribuição mais justa e mais equitativa. A única meta a que de fato se visa não é a igualdade em sentido absoluto, mas uma 'igualdade maior.'”
(Friedrich Hayek)

RESUMO

Para a construção de políticas públicas que visem à diminuição da desigualdade social, é necessário que seja identificado o público-alvo apropriado (MEDEIROS, 2005). Com base na identificação dos grupos sociais que precisam de ajuda econômica, a linha de riqueza surge como um indicador promissor para dar subsidiar políticas públicas com o objetivo de eliminar a pobreza no Brasil. Esse trabalho aplicou a metodologia de Medeiros para estimar uma linha de riqueza para Curitiba e municípios da região metropolitana em 2010. As linhas de riqueza dependem da distribuição de renda e a linha de pobreza utilizada. Os resultados revelaram uma grande heterogeneidade na distribuição de renda, da intensidade da pobreza e da riqueza entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Desta maneira, reforça-se a importância da erradicação da pobreza por meio da distribuição de renda dos ricos para os pobres.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Linhas de Riqueza; Distribuição de renda.

ABSTRACT

The development of public policies aimed at decreasing social inequality requires the identification of the appropriate target group (MEDEIROS, 2005). Based on the identification of social groups who are in need of economic aid, the wealth line is a promising indicator to subsidy public policy aimed at eliminating poverty in Brazil. This work applied Medeiros's methodology to estimate wealth lines for Curitiba and municipalities in the Metropolitan Area in 2010. Results reveal a great heterogeneity between the municipalities in regards to the income distribution, poverty and wealth intensity. Therefore, it is of foremost importance initiatives aimed at eradicating poverty by means of the income distribution from the rich to the poor.

Keywords: Economic Development; Wealth lines; Income Distribution

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Nível e distribuição da renda em uma população hipotética, na lógica distributiva da linha de riqueza.....	14
Figura 2: Linhas de riqueza por Município da RMC em 2010	17
Figura 3: Hiato Agregado da Pobreza da RMC em 2010	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de Desigualdade e Pobreza para Curitiba e Região Metropolitana em 2010.....	12
Tabela 2: Estatísticas descritivas da renda domiciliar per capita por município da RMC, 2010.	13
Tabela 3: População residente (amostra expandida) em valores absolutos e relativos. Região Metropolitana de Curitiba, 2010.....	14
Tabela 4: Indicadores da Análise da Renda Domiciliar per capita conforme a metodologia de Medeiros para a RMC, 2010.	15

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	JUSTIFICATIVA.....	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
1.3	METODOLOGIA.....	14
2	DESENVOLVIMENTO.....	12
2.1	MARCO CONCEITUAL	12
2.2	AS LINHAS DE RIQUEZA.....	13
2.3	ESTUDOS ANTERIORES NO BRASIL	15
2.4	METODOLOGIA.....	16
3	RESULTADOS	18
3.1	INDICADORES DE DESIGUALDADE E POBREZA	18
3.2	AS LINHAS DE RIQUEZA PARA OS MUNICÍPIOS DA RMC.....	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
5	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	20
	REFERÊNCIAS.....	12

1 INTRODUÇÃO

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado em 2010 aponta o Brasil como o terceiro país com pior desigualdade social no mundo em relação à distribuição de renda, perdendo apenas para o Haiti e Bolívia referente à distância entre ricos e pobres na América Latina (PNUD, 2010 apud Estadão, 2010). Um país com riquezas abundantes, mas elevados níveis de pobreza, é consequência da altíssima má distribuição dos recursos. Nessa linha, a literatura brasileira documenta que a distribuição de renda no país é extremamente hierarquizada, segmentando a sociedade em uma grande massa com baixos rendimentos e uma pequena elite muito rica (MEDEIROS, 2005, p.15).

Países ricos, porém extremamente desiguais, necessitam de estratégias de políticas públicas para romper com o círculo vicioso da desigualdade. Pode-se pensar não somente na desigualdade de renda, como também nas desigualdades de oportunidades. Amartya Sen, no seu estudo, *Desenvolvimento como Liberdade*, corrobora essa importância:

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (Sen, 2005, p. 19).

Portanto, acredita-se que o Brasil deva desenvolver políticas de redução da desigualdade, mas as mesmas devem ser desenhadas de tal forma que não se criem ineficiências ou distorções que prejudiquem o crescimento do país (PINTO, 2006, p.36). A correção de desigualdades é importante, do ponto de vista político-social, devido ao fato de que altas taxas de desigualdade de um país trazem, além de instabilidade econômica, problemas políticos devido ao descontentamento da população pela falta de inclusão social e má qualidade de vida dos mais pobres. Além de consequências sociais, a desigualdade diminui a eficiência econômica na medida em que gera aumento dos custos para manter essa estrutura deficiente e diminui a produtividade (PINTO, 2006, p.35 e 36).

Perpassa este estudo a constatação de que a desigualdade no Brasil é excessiva e moralmente inaceitável, fato este que por si só justificaria a sua redução. Ademais, em termos econômicos, é certo que a redução da desigualdade gera bem-estar não somente para as pessoas que receberão as transferências de renda, mas

também para toda a população, que será beneficiada pelas externalidades presentes em uma sociedade mais igualitária. Para este fim, argumenta-se neste trabalho que uma das formas eficazes de se eliminar esse problema endêmico da sociedade brasileira é por meio da distribuição de renda dos ricos para os pobres.

No Brasil, a desigualdade de renda na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) traz um interessante estudo de caso para a análise de políticas de redução da desigualdade. A RMC, apesar de apresentar alto Índice de Desenvolvimento Humano (0,783), apresenta um indicador alarmante: 12,8% da sua população estava em 2010 abaixo da linha de pobreza, sendo essa última baseada no critério dos programas sociais do governo federal, que define como pobres as famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00 mensais (IBGE, 2010).

Um dos importantes aspectos para a construção de políticas públicas eficazes para a redução da desigualdade de renda é a construção de indicadores apropriados. Há inúmeras pesquisas que tratam da desigualdade de renda na perspectiva do estudo dos pobres. A abordagem das linhas de pobreza de Sonia Rocha (2000, 2003) é uma delas. Entre seus estudos, por exemplo, a autora propõe a utilização de linhas de pobreza que considerem diferenças nos custos de vida nos vários contextos do país.

Em outra perspectiva, este estudo pretende avaliar a desigualdade de renda considerando também as características da população rica. Desta forma, este estudo estima valores monetários (as linhas de riqueza) que determinarão quais indivíduos da população devem transferir quantias para a população pobre, eliminando assim a pobreza. Este exercício empírico é realizado para todos os municípios da RMC. Veremos que a intensidade da distribuição da renda dos ricos para os pobres está diretamente associada à intensidade da pobreza na sociedade (MEDEIROS, 2005).

1.1 JUSTIFICATIVA

Para a construção de políticas públicas que visem à diminuição da desigualdade social no Brasil, é necessário que seja identificado o público-alvo das mesmas (MEDEIROS, 2005). A partir da identificação de dois grupos sociais, sendo o primeiro aquele que precisa de ajuda econômica para se inserir na sociedade em melhor condição de bem-estar (pobres), e o segundo aquele que pode contribuir

monetariamente para a eliminação da pobreza (ricos), a linha de riqueza surge como um indicador promissor.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desse estudo é estimar linhas de riqueza para Curitiba e os demais municípios da RMC com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Definir critérios e mapear os ricos e pobres nos municípios da RMC, com base numa linha de riqueza e em uma linha de pobreza;
- b) Interpretar os resultados com foco na formulação de políticas públicas para a redução da desigualdade.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia para a estimação das linhas de riqueza para Curitiba e demais municípios da RMC é baseada na extensa contribuição de Marcelo Medeiros (2001, 2004, 2005). Em poucas palavras, esta metodologia se insere no debate igualitarista moderno com base na regra utilitarista de *Leximin*. A abordagem do axioma de *Leximin* leva a um foco estratégico em níveis de utilidade individuais para o critério de distribuição. Sen (1998) argumenta que, se os níveis de utilidade dos indivíduos em pior situação na escala social forem os mesmos, é possível ordenar o nível de utilidade do segundo indivíduo em situação pior. Se eles se igualarem, o nível de utilidade relevante será o do terceiro indivíduo em pior situação, e assim sucessivamente. *Leximin* é a junção do termo *Maximin*, regra de maximização do bem-estar dos indivíduos em piores condições, e *Lex* refere-se às decisões lexicais que devem ser ordenadas de acordo com os indivíduos que se beneficiam.

Desta maneira, a metodologia deste estudo considera que, para a distribuição de renda, sejam recolhidas frações das riquezas dos indivíduos mais ricos da população em análise e que estas sejam transferidas àqueles que mais necessitam: os pobres. É possível que a ausência de qualquer desigualdade não seja desejável, e, por isso, deve ser definido o limite máximo para o qual essas transferências devam ocorrer, de modo que se logre a erradicação da pobreza (MEDEIROS, 2005, p.23).

Ao relacionar riqueza e pobreza concomitantemente, a estimação das linhas de riqueza é um método importante de se combinar informações sobre os recursos totais disponíveis na economia e sobre como se efetivar uma melhor distribuição dos recursos na sociedade.

Esta monografia está dividida da seguinte forma, além desta introdução: no capítulo 2, apresento a revisão da literatura sobre as linhas de riqueza, analiso os estudos empíricos já realizados no Brasil e apresento com detalhes a metodologia empregada neste estudo. No capítulo 3, apresento os resultados da estimação das linhas de riqueza para os municípios da RMC em 2010, com base nos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). No capítulo 4, traço as considerações finais e implicações para as políticas públicas e no capítulo 5 recomendo trabalhos futuros que possam estender a análise proposta nesta monografia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MARCO CONCEITUAL

Marcelo Medeiros (2001, 2004, 2005) tem causado inquietação no meio acadêmico ao inverter o foco nos debates sobre desigualdade brasileira. A partir de um histórico de análises que focavam os pobres, como os trabalhos baseados na mensuração de linhas de pobreza (ROCHA, 2000, 2003), Medeiros inova quando propõe o estudo da desigualdade a partir da classe que, em tese, detém grande parte do poder de solucioná-la: os ricos. Partindo do pressuposto de que a estratégia mais eficaz para a erradicação da pobreza no Brasil é a distribuição de renda, o autor defende o estudo detalhado da população da qual os recursos para a redistribuição deverão ser obtidos. As linhas de riqueza e pobreza, que são os indicadores utilizados por Medeiros, compreendem tal estratégia para identificar os grupos sociais de interesse da política.

Medeiros explica em que medida a distribuição de renda cumpre um papel-chave para que se alcancem melhores níveis de qualidade de vida no Brasil:

Para ressaltar a importância da redução da desigualdade, argumenta-se que a pobreza é resultado do volume de recursos disponíveis em uma sociedade da forma como estes recursos são distribuídos entre a população desta sociedade, logo, a erradicação da pobreza pode ser feita por meio de modificação do volume total de recursos ou na distribuição dos recursos. No Brasil, as evidências empíricas mostram que dificilmente a erradicação da pobreza pode ser atingida por meio de políticas de crescimento da economia (de recursos) ou de controle da fecundidade (volume da população) e, portanto, essa meta requer redução dos níveis de desigualdade (MEDEIROS, 2005, p.20).

Ainda para Medeiros, mecanismos da correção da desigualdade de renda sem distribuição de recursos demandaria tempo e seus resultados, em geral, não seriam satisfatórios. Por exemplo, documenta-se que os efeitos da transição demográfica brasileira para a redução da desigualdade seriam inexpressivos no Brasil, pois não há uma relação clara entre tamanho da família e desigualdade. Além disso, considerando-se a redução da desigualdade com base no crescimento econômico, Medeiros argumenta que seriam necessárias taxas muito elevadas, semelhantes às observadas no Milagre Econômico da década de 1970, sem que houvesse piora na distribuição de renda (Medeiros, 2005, p.42 e 43). Para ele, isto parece impraticável.

Tendo em vista a visão de Medeiros de que a distribuição de renda via transferência monetária dos ricos para os pobres é a maneira mais eficaz para redução da desigualdade, o autor propõe a utilização das chamadas linhas de riqueza. Esse conceito será formalizado a seguir.

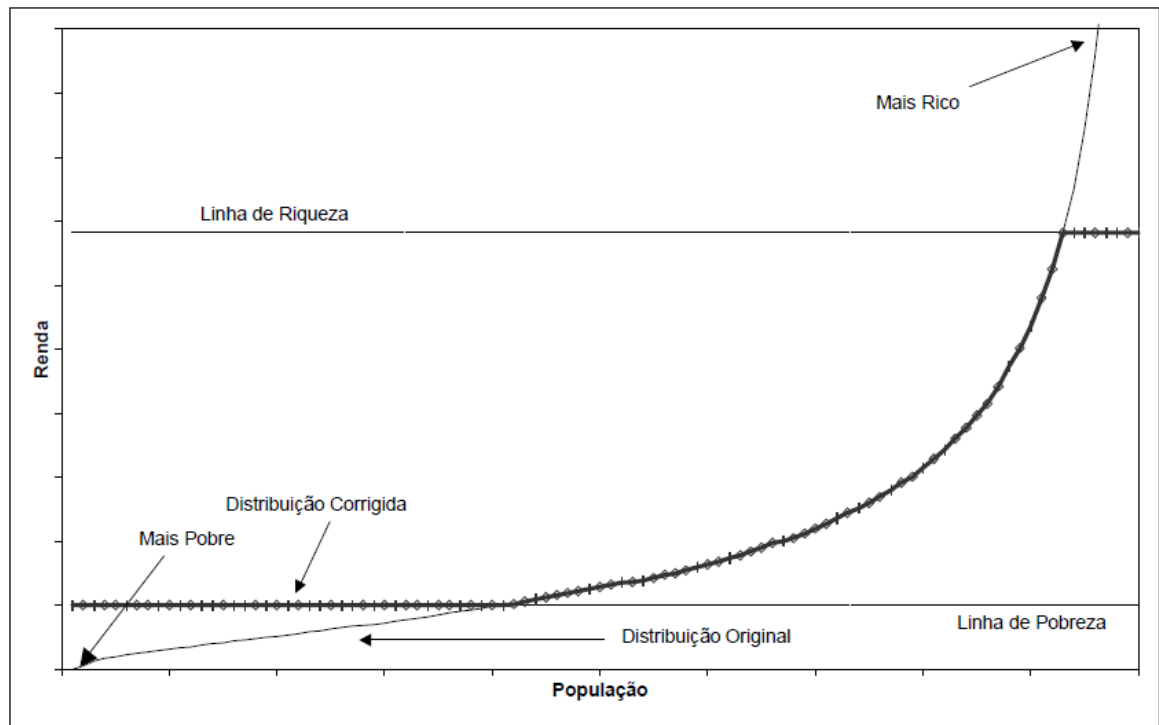
2.2 AS LINHAS DE RIQUEZA

O conceito da linha de riqueza tem como primeiro componente o *hiato agregado de pobreza*, que é a soma dos hiatos individuais da pobreza. O hiato individual da pobreza, por sua vez, corresponde à diferença entre a renda de um indivíduo pobre e a linha da pobreza, ou seja, ele representa o valor de renda necessário para que este indivíduo deixe de ser pobre. O segundo componente para a estimação das linhas de riqueza é o *hiato agregado de riqueza*, dado pelo somatório dos hiatos individuais de riqueza. Estes últimos correspondem à diferença entre a renda dos indivíduos ricos e a linha da riqueza. Com base nos dois componentes, o método consiste em derivar, a partir de uma linha de pobreza estabelecida *a priori*, o valor de corte para o qual o hiato agregado da pobreza é igual ao hiato agregado da riqueza. Esse valor de corte é a linha de riqueza. Ou seja, a linha de riqueza delimita a quantia de renda dos indivíduos ricos que poderia ser distribuída aos pobres para eliminar a pobreza.

A estimação das linhas de riqueza se inicia com o ordenamento dos indivíduos segundo sua posição da renda ou bem-estar. O indivíduo em pior condição de bem-estar recebe mais recursos que o segundo em pior condição, até que os mesmos se igualem e recebam porções iguais de renda. Esse processo continua até a completa erradicação da pobreza. A regra de *Leximin*, que perpassa essa lógica distributiva, não determina quem deve fornecer esses recursos. Contudo, Medeiros argumenta que, para permitir esse mecanismo, o grande distribuidor da renda deveria ser o indivíduo mais rico da sociedade. Desta maneira, ele realizará transferências monetárias até que se iguale ao segundo mais rico. As transferências de renda entre ricos a pobres serão, então, necessárias até que o último indivíduo na linha da pobreza (“o menos pobre”) se iguale ao que estava em piores condições no começo da distribuição, caracterizando, assim, o fim da pobreza.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** representa a lógica de uma distribuição hipotética de renda para uma população com alto índice de desigualdade e grande incidência de pobreza. (MEDEIROS, 2005, p.109).

Figura 1: Nível e distribuição da renda em uma população hipotética, na lógica distributiva da linha de riqueza.



Fonte: Medeiros (2005), p.107

Em relação à adequação da renda como instrumento para a erradicação da pobreza, é certo que este indicador apresenta desvantagens, pois ela não é a única dimensão do bem-estar. Além disso, a utilização da renda como indicador de pobreza pode ser arbitrária porque ela é influenciada pelos diferenciais do custo de vida nas regiões. Conforme mencionado anteriormente, a pesquisadora Sônia Rocha recomenda a diferenciação das linhas de pobreza de acordo com as regiões do Brasil, utilizando informações sobre a necessidade nutricional e o preço dos alimentos nas diferentes regiões (ROCHA, 2000, 2003). Contudo, vários autores argumentam pela dificuldade em se comparar diferentes unidades de medida e poder de compra entre as regiões, o que torna esse método extremamente complexo. Além disso, outra vantagem do indicador de renda é de facilitar a comparação internacional e o desenho de políticas públicas (BANCO MUNDIAL, 2001).

Conforme explicitado anteriormente, para a estimação da linha de riqueza necessitamos de uma especificação de linha de pobreza. Há várias linhas de pobreza disponíveis na literatura. Os defensores da pobreza absoluta propõem que a linha de pobreza deve ser metade de um salário mínimo. O Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD) define a linha de pobreza como um dólar por dia, para fins de comparação internacional (MAGALHÃES, 2009, p.137). Sonia Rocha (2000, p.110), por sua vez, defende que a linha de pobreza seja obtida de acordo com o consumo observado. Devido às diferenças de custo de vida regionais, a autora estimou linhas de pobreza para cada estado brasileiro, baseado nos dados da POF (Pesquisa de Orçamento familiar de 2002). Medeiros (2005), por sua vez, é adepto ao conceito de pobreza relativa, e define a linha de pobreza com base nos quantis de distribuição. Para o autor, 33% da população brasileira estavam na pobreza extrema no Brasil em setembro, 2009. Desta maneira, correspondente a este quantil, o autor define o valor da linha de pobreza como sendo R\$80,97 mensais per capita.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES NO BRASIL

Com o objetivo de demonstrar os resultados das linhas de riqueza para o Brasil, essa seção apresentará dois trabalhos empíricos que analisam esse tema.

Na estimativa da linha de riqueza para o Brasil, Medeiros (2001, 2005) é o precursor da teoria e utiliza duas linhas de pobreza para demonstrar como elas afetam as estimativas. O artigo é baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados encontrados para a linha de pobreza correspondente a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo de setembro de 1999, R\$136,00, foi uma linha de riqueza equivalente a R\$ 2.816,47 de renda domiciliar per capita. Para a linha de pobreza relativa de R\$ 84,00 (o valor do centil 35 da população) a linha de riqueza correspondente era de R\$ 2.129,51 de renda domiciliar per capita em 1999. Além disso, o trabalho demonstrou que para essas linhas de pobreza, o número de ricos na população brasileira em 1999 era respectivamente 0,8 milhões (0,5% da população) e 1,5 milhões (1,0% da população). Ou seja, para a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, 0,5% da população brasileira se apropria de um valor de renda correspondente ao de 26,6% da população. Se a linha de pobreza é baseada no centil 35, 1% da população se apropria de um valor de renda correspondente a 34,0% da população brasileira.

Tendo como base o estudo pioneiro de Medeiros, Magalhães (2009) contribui para o estudo das desigualdades econômicas abordando a linha de riqueza para a Região Metropolitana de Belo Horizonte entre os anos de 2001 e 2005, período em que o Brasil apresentou queda da desigualdade. Devido às várias controvérsias existentes na escolha de uma linha de pobreza, que de acordo com Sonia Rocha (2000, p.25) estará sempre sujeita a juízos de valor do pesquisador, Magalhães utilizou diferentes metodologias para estimação da pobreza em seu estudo, evitando o grau de arbitrariedade da escolha do critério mais adequado entre eles.

Os resultados encontrados no trabalho de Magalhães (2009) revelam que, para uma linha de pobreza de R\$129,11, baseada no trabalho de Sonia Rocha e calculada com correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a linha de riqueza foi de R\$9.193,11 de renda domiciliar per capita mensal. Ao realizar o mesmo procedimento utilizando a metodologia da linha de pobreza como $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$ 150,00 em 2005), o valor da linha de riqueza encontrado foi R\$ 7.118,51 de renda domiciliar per capita mensal. Ao adotar a metodologia de Medeiros (2005), a autora obteve o valor de R\$ 231,00 para a linha de pobreza e R\$ 3.402,78 para a linha de riqueza. Por fim, Magalhães ainda analisa o valor do salário mínimo proposto pelo DIESSE, baseado no consumo de uma família com duas crianças no Brasil em 2005. Partindo do pressuposto que o consumo médio de duas crianças é equivalente a um adulto, o salário mínimo necessário para prover uma pessoa adulta seria, em 2005, de R\$ 486,14. Utilizando-se este valor como linha de pobreza, a linha de riqueza encontrada foi de R\$ 706,86.

2.4 METODOLOGIA

Nesta seção descrevo a metodologia de construção da linha de riqueza adotada neste estudo. A partir da base de microdados do Censo Demográfico 2010, seguiram-se os seguintes passos: (i) escolha de uma linha de pobreza; (ii) ordenamento crescente das rendas dos indivíduos por município; (iii) obtenção dos hiatos individuais de pobreza e do hiato agregado da pobreza; (iv) obtenção do hiato individual da riqueza a partir do diferencial da renda do indivíduo mais rico em relação ao imediatamente abaixo dele; (v) obtenção do hiato agregado da riqueza, correspondente ao somatório do valor do hiato agregado de pobreza. Quando (v) ocorre, encontra-se a linha da riqueza (MEDEIROS, 2005).

Formalmente, Medeiros (2005) define a linha de riqueza, denotada por Z_r , como sendo o valor para a qual a soma do hiato agregado da pobreza (G_p) com o hiato agregado da riqueza (G_r) seja zero.

$$G_p + G_r = 0 \quad (1)$$

O hiato da pobreza é obtido somando apenas entre os indivíduos cujas rendas são inferiores a linha de pobreza dada, o valor encontrado pela diferença da linha de pobreza e a renda individual, considerando a ponderação do peso w da amostra.

$$G_p = \sum_{j=1}^l W_j (Z_p - Y_j) \quad (2)$$

Considere uma população com n indivíduos, cujas rendas dos indivíduos j , Y_j , são ordenadas da menor para a maior. Acima da linha da riqueza, ocorre que $Y_j > Z_r$, do k -ésimo ao último indivíduo, e abaixo da linha da pobreza $Y_j < Z_p$, temos os indivíduos pobres, do primeiro ao l -ésimo. Desta forma, satisfazendo a equação (2), vale que:

$$\sum_{j=k}^n (Z_r - Y_j) + \sum_{j=1}^l (Z_p - Y_j) = 0 \quad (3)$$

Onde, de $j=1, \dots, l$, $Y_j < Z_p$ e, de $j=k, \dots, n$, $Y_j > Z_r$. Colocando Z_r em evidência, temos a solução para a linha de riqueza:

$$Z_r = \frac{G_p}{(n-k) \sum_k^n Y_i} \quad (4)$$

Na teoria, os recursos transferidos pelos ricos deveriam ser completamente absorvidos pelos pobres, porém, na realidade devemos levar em consideração os custos de transferências e as perdas envolvidas nesse processo. Portanto, devemos levar em consideração na equação (1) uma modificação da quantidade total de recursos, sendo representada por ε :

$$G_p + \varepsilon G_r = 0$$

Medeiros considera o termo de erro como 1, para eliminarmos o nível de complexidade que se deveria levar em conta para o cálculo da linha. A simplicidade buscada na metodologia busca o princípio de justiça social básico e teórico que dificilmente poderia ser adotado como único princípio de qualquer política de governo real, sem passar por diversas críticas ideológicas e interesses econômicos em geral.

Vimos anteriormente que existem diversas abordagens e métodos para a definição das linhas de pobreza. Para fins desse trabalho, será utilizada a linha de pobreza baseada no valor de corte para recebimento de benefícios pelo Governo

Federal. Este critério considerou como pobres as famílias com renda domiciliar per capita de R\$140,00 mensais em 2010.

3 RESULTADOS

3.1 INDICADORES DE DESIGUALDADE E POBREZA

Antes de partir para a análise das estimativas das linhas de riqueza, apresento alguns indicadores de desigualdade para os municípios da RMC no ano de 2010. Na Tabela 1, estarão representados os índices de Gini e T de Theil. Ambos os índices variam de 0 a 1 e quanto maior o valor, maior é a desigualdade da distribuição¹. Com base no índice de Gini, evidencia-se que o município mais desigual segundo esse indicador é Curitiba, seguido por Adrianópolis e Tunas do Paraná, respectivamente. Quando consideramos o T de Theil, os municípios com pior desigualdade são Fazenda Rio Grande, seguido pela capital paranaense e Tunas do Paraná. Em contrapartida, ambos indicadores revelam que os municípios com melhor distribuição de renda é Campo Magro, Itaperuçu e Colombo.

¹ Para mais detalhes sobre as diferenças estatísticas entre os dois índices, ver Hoffmann (1998).

Tabela 1: Indicadores de Desigualdade e Pobreza para Curitiba e Região Metropolitana em 2010

COD_IBGE	Município	Coefficiente de Gini	T de Theil
4100202	ADRIANÓPOLIS	0,539	0,634
4100301	AGUDOS DO SUL	0,487	0,466
4100400	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0,441	0,456
4101804	ARAUCÁRIA	0,463	0,618
4102307	BALSA NOVA	0,507	0,583
4103107	BOCAIÚVA DO SUL	0,460	0,452
4104006	CAMPINA GRANDE DO SUL	0,443	0,387
4104105	CAMPO DO TENENTE	0,502	0,560
4104204	CAMPO LARGO	0,456	0,404
4104253	CAMPO MAGRO	0,398	0,277
4105201	CERRO AZUL	0,495	0,509
4105805	COLOMBO	0,419	0,377
4106209	CONTENDA	0,479	0,491
4106902	CURITIBA	0,566	0,717
4107652	FAZENDA RIO GRANDE	0,492	0,995
4111258	ITAPERUÇU	0,406	0,297
4113205	LAPA	0,495	0,484
4114302	MANDIRITUBA	0,477	0,455
4119103	PIÊN	0,432	0,351
4119152	PINHAIS	0,513	0,610
4119509	PIRAQUARA	0,430	0,358
4120804	QUATRO BARRAS	0,492	0,572
4121208	QUITANDINHA	0,486	0,459
4122206	RIO BRANCO DO SUL	0,476	0,484
4122305	RIO NEGRO	0,482	0,440
4125506	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0,460	0,467
4127601	TIJUCAS DO SUL	0,485	0,542
4127882	TUNAS DO PARANÁ	0,528	0,697
4128633	DOUTOR ULYSSES	0,502	0,447

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

A Tabela 2 apresenta estatísticas descritivas para a renda domiciliar per capita. Pode-se verificar que a maior renda domiciliar per capita observada na amostra (máximo) ocorre em Fazenda Rio Grande, seguido por Curitiba. Já a maior renda domiciliar per capita média ocorre em Curitiba. Em nossa metodologia, a contribuição dos indivíduos com maior renda em Fazenda Rio Grande provavelmente será maior de acordo com o método de Medeiros. Podemos observar também, o município cuja renda máxima, média e mediana são menores em relação aos demais municípios da RM - Doutor Ulysses. Os indivíduos mais ricos desse local vivem com R\$ 2.900 per

capita. Nessa mesma localidade, temos a menor renda média per capita entre os municípios, o que nos leva a crer que Doutor Ulysses é o município mais pobre da região metropolitana.

Tabela 2: Estatísticas descritivas da renda domiciliar per capita por município da RMC, 2010.

COD_IBGE	Município	Renda Domiciliar per capita (em R\$)				
		Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão
4100202	ADRIANÓPOLIS	430,91	255,00	0	16.400,00	813,11
4100301	AGUDOS DO SUL	524,83	342,40	0	12.000,00	700,00
4100400	ALMIRANTE TAMANDARÉ	630,51	460,00	0	52.250,00	1.205,64
4101804	ARAUCÁRIA	806,58	550,00	0	210.750,00	3.233,70
4102307	BALSA NOVA	582,79	436,67	0	20.000,00	1.059,70
4103107	BOCAIÚVA DO SUL	535,61	372,80	0	13.166,67	785,72
4104006	CAMPINA GRANDE DO SUL	654,84	496,67	0	16.000,00	784,48
4104105	CAMPO DO TENENTE	474,91	320,00	0	30.000,00	910,31
4104204	CAMPO LARGO	733,95	512,50	0	18.525,00	880,84
4104253	CAMPO MAGRO	543,45	438,33	0	3.750,00	438,53
4105201	CERRO AZUL	341,57	235,00	0	14.000,00	545,28
4105805	COLOMBO	667,25	510,00	0	58.500,00	1.000,05
4106209	CONTENDA	608,76	426,67	0	20.000,00	933,08
4106902	CURITIBA	1.545,11	822,00	0	202.070,00	3.753,89
4107652	FAZENDA RIO GRANDE	639,56	450,00	0	243.333,30	4.666,23
4111258	ITAPERUÇU	458,09	363,00	0	4.356,00	413,43
4113205	LAPA	588,71	400,00	0	22.000,00	834,53
4114302	MANDIRITUBA	525,01	371,25	0	10.000,00	689,72
4119103	PIÊN	529,10	400,00	0	7.560,00	544,70
4119152	PINHAIS	845,60	542,50	0	102.332,50	2.085,78
4119509	PIRAQUARA	557,39	424,50	0	10.975,00	609,32
4120804	QUATRO BARRAS	781,98	510,00	0	56.650,00	1.675,09
4121208	QUITANDINHA	438,43	315,00	0	6.670,00	549,29
4122206	RIO BRANCO DO SUL	539,02	394,00	0	11.100,00	782,96
4122305	RIO NEGRO	701,28	480,00	0	6.750,00	832,45
4125506	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	833,08	570,00	0	110.000,00	1.537,56
4127601	TIJUCAS DO SUL	535,34	377,50	0	25.000,00	991,77
4127882	TUNAS DO PARANÁ	426,08	250,00	0	26.666,67	1.105,97
4128633	DOCTOR ULYSSES	274,03	192,00	0	2.900,00	300,13
	Total	1.154,89	625,00	0	243.333,30	3.061,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 e nos pesos de expansão da amostra, temos a população por município e a dimensão de sua representatividade na Região Metropolitana de Curitiba apresentados na Tabela 3. As regiões mais populosas são a capital paranaense, que representa mais da metade da

população da amostra, seguido de São José Dos Pinhais e Colombo, respectivamente. Cabe ressaltar, porém, que para os cálculos dos resultados desse trabalho e cálculo das linhas, somente foram utilizadas as observações do Censo Demográfico com renda declarada. Mais detalhes sobre essa amostra de análise podem ser visualizados no APÊNDICE A.

Tabela 3: População residente (amostra expandida) em valores absolutos e relativos. Região Metropolitana de Curitiba, 2010.

COD_IBGE	Município	População em 2010 (expandida)	Percentual da RM
4100202	ADRIANÓPOLIS	6.376	0,20%
4100301	AGUDOS DO SUL	8.270	0,26%
4100400	ALMIRANTE TAMANDARÉ	103.204	3,20%
4101804	ARAUCÁRIA	119.123	3,70%
4102307	BALSA NOVA	11.300	0,35%
4103107	BOCAIÚVA DO SUL	10.987	0,34%
4104006	CAMPINA GRANDE DO SUL	38.769	1,20%
4104105	CAMPO DO TENENTE	7.125	0,22%
4104204	CAMPO LARGO	112.377	3,49%
4104253	CAMPO MAGRO	24.843	0,77%
4105201	CERRO AZUL	16.938	0,53%
4105805	COLOMBO	212.967	6,61%
4106209	CONTENDA	15.891	0,49%
4106902	CURITIBA	1.751.907	54,34%
4107652	FAZENDA RIO GRANDE	81.675	2,53%
4111258	ITAPERUÇU	23.887	0,74%
4113205	LAPA	44.932	1,39%
4114302	MANDIRITUBA	22.220	0,69%
4119103	PIÊN	11.236	0,35%
4119152	PINHAIS	117.008	3,63%
4119509	PIRAQUARA	93.207	2,89%
4120804	QUATRO BARRAS	19.851	0,62%
4121208	QUITANDINHA	17.089	0,53%
4122206	RIO BRANCO DO SUL	30.650	0,95%
4122305	RIO NEGRO	31.274	0,97%
4125506	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	264.210	8,20%
4127601	TIJUCAS DO SUL	14.537	0,45%
4127882	TUNAS DO PARANÁ	6.256	0,19%
4128633	DOUTOR ULYSSES	5.727	0,18%
	Total	3.223.836	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

3.2 AS LINHAS DE RIQUEZA PARA OS MUNICÍPIOS DA RMC

Tendo definido a linha de pobreza como sendo a renda domiciliar per capita de R\$140,00 mensais em 2010, o hiato agregado da pobreza de Curitiba, por exemplo, será obtido pelo somatório da diferença da renda domiciliar per capita e a linha de pobreza de R\$140,00 para todos os indivíduos pobres. Este valor corresponde à quantia necessária a ser transferida para se eliminar a pobreza. O valor do hiato agregado de pobreza para Curitiba em 2010 foi de R\$7.343.773,97. O valor que iguala o hiato agregado da pobreza com o hiato agregado da riqueza é a linha de riqueza de R\$ 150.436,59 de renda domiciliar per capita, correspondente a 1074 vezes a linha de pobreza, o qual vive 4,08% da população da capital paranaense. Na Tabela 4, segue os valores de todas as linhas de riqueza encontrados para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, bem como a proporção de pobres e ricos correspondentes.

Tabela 4: Indicadores da Análise da Renda Domiciliar per capita conforme a metodologia de Medeiros para a RMC, 2010.

COD_IBGE	Município	Linha de Riqueza	Total a ser transferido dos ricos para os pobres, conforme as linhas de riqueza e pobreza.	Percentual de Pobres no Município*	Percentual de Ricos no Município**
4100202	ADRIANÓPOLIS	R\$ 5.952,05	R\$ 103.386,76	24,04%	0,39%
4100301	AGUDOS DO SUL	R\$ 4.877,53	R\$ 73.000,24	17,54%	0,76%
4100400	ALMIRANTE TAMANDARÉ	R\$ 34.971,17	R\$ 582.505,28	7,25%	0,03%
4101804	ARAUCÁRIA	R\$ 195.795,58	R\$ 375.015,50	4,30%	0,02%
4102307	BALSA NOVA	R\$ 10.458,57	R\$ 214.640,20	17,50%	0,20%
4103107	BOCAIÚVA DO SUL	R\$ 10.253,57	R\$ 68.180,87	11,20%	0,21%
4104006	CAMPINA GRANDE DO SUL	R\$ 8.017,12	R\$ 193.001,40	7,39%	0,31%
4104105	CAMPO DO TENENTE	R\$ 11.492,03	R\$ 70.284,94	16,25%	0,05%
4104204	CAMPO LARGO	R\$ 8.558,30	R\$ 505.747,95	5,73%	0,16%
4104253	CAMPO MAGRO	R\$ 1.987,46	R\$ 194.786,75	8,39%	1,75%
4105201	CERRO AZUL	R\$ 2.088,96	R\$ 326.532,45	30,22%	0,99%
4105805	COLOMBO	R\$ 25.502,58	R\$ 940.340,54	5,56%	0,04%
4106209	CONTENDA	R\$ 10.315,88	R\$ 88.840,54	10,36%	0,30%
4106902	CURITIBA	R\$ 150.436,59	R\$ 7.343.773,97	4,08%	0,02%
4107652	FAZENDA RIO GRANDE	R\$ 208.658,94	R\$ 830.329,23	10,73%	0,03%
4111258	ITAPERUÇU	R\$ 2.284,65	R\$ 167.905,71	10,27%	0,82%
4113205	LAPA	R\$ 6.495,78	R\$ 435.222,57	12,64%	0,16%
4114302	MANDIRITUBA	R\$ 5.126,61	R\$ 205.319,09	13,97%	0,66%
4119103	PIÊN	R\$ 3.174,82	R\$ 91.190,70	12,01%	0,89%
4119152	PINHAIS	R\$ 71.322,74	R\$ 1.083.319,96	8,52%	0,03%

4119509	PIRAQUARA	R\$ 4.491,67	R\$ 694.503,42	9,51%	0,32%
4120804	QUATRO BARRAS	R\$ 45.144,51	R\$ 132.966,76	6,99%	0,06%
4121208	QUITANDINHA	R\$ 2.896,35	R\$ 270.368,29	20,54%	0,85%
4122206	RIO BRANCO DO SUL	R\$ 6.797,30	R\$ 265.994,71	12,38%	0,45%
4122305	RIO NEGRO	R\$ 5.451,61	R\$ 162.064,61	8,18%	0,57%
4125506	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	R\$ 58.602,23	R\$ 980.589,12	4,28%	0,02%
4127601	TIJUCAS DO SUL	R\$ 13.229,99	R\$ 125.771,79	12,67%	0,07%
4127882	TUNAS DO PARANÁ	R\$ 18.169,83	R\$ 74.262,64	21,15%	0,14%
4128633	DOCTOR ULYSSES	R\$ 660,27	R\$ 162.338,26	38,88%	7,14%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

* Conforme a linha de pobreza de R\$ 140,00.

** Conforme a linha de riqueza estimada para o município.

Conforme a Tabela 4, as maiores linhas de riqueza para RMC foram Fazenda Rio Grande, Araucária e Curitiba. Dentre os vários possíveis motivos de estarem situadas nessas regiões os indivíduos com maior renda per capita, podemos colocar o fato de fazerem fronteira com o centro econômico do Paraná, Curitiba, onde também se localizam as principais funções do governo estadual (Executivo, Legislativo e Judiciário). No caso de Araucária, esse município se destaca como um dos principais pólos industriais da Região Sul, inclusive sedia a refinaria da Petrobrás. No outro extremo, as menores linhas de riqueza encontradas foram Doutor Ulysses, Campo Magro e Cerro Azul, provavelmente por se constituírem de economias voltadas para a agropecuária, no caso de Campo Magro e agricultura, no caso de Cerro Azul e Doutor Ulysses (COPEC, 2012).

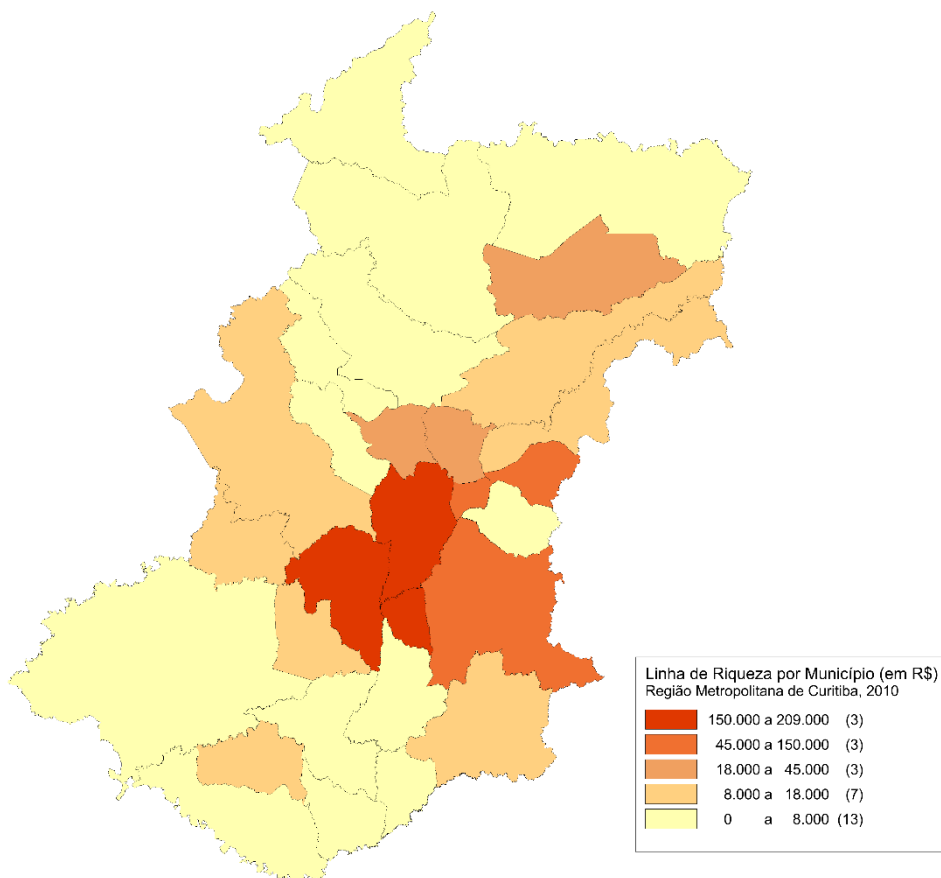
Podemos destacar também os municípios onde a distribuição de renda terá mais impacto sobre a população de baixa renda. O município de Fazenda Rio Grande é o mais desigual entre os municípios, onde com apenas 0,03% da população no topo da distribuição equivale a 10,73% de indivíduos em situação de pobreza.

Partindo-se para uma análise substantiva, considere o município de Doutor Ulysses. Seria plausível considerar como ricos aqueles que vivem com renda domiciliar per capita superior a R\$ 660,26? E até que ponto seria justo considerá-los ricos em comparação com os que vivem com R\$ 0,1 a menos, e por isso, de acordo com esse método, já não precisariam distribuir sua renda? Além disso, levando em consideração os custos de vida, como gastos com alimentação, transporte, saúde, educação e lazer, podemos considerar o valor da linha de riqueza adequado para usufruir de todas essas qualidades? Para responder essas questões seria necessário entrar em um longo debate baseado em juízos de valor, considerando diversas críticas

ideológicas. Medeiros, em sua metodologia, supera esse debate ao defender que a definição de riqueza não depende de um patamar absoluto, mas da distribuição de renda de uma determinada sociedade (MEDEIROS, 2001, p.14).

Para fins de visualização gráfica, o mapa representado na Figura 2 representa os municípios da RMC e as correspondentes linhas de riqueza estimadas². Podemos analisar que, na região central (Araucária, Curitiba e Fazenda Rio Grande), estão localizadas as maiores linhas de riqueza da região, seguidas pela região centro-oeste (Quatro Barras, São José do Pinhais, e Pinhais, exceto Piraquara). Os municípios com menor linha de riqueza estão localizados na região Sul e Norte, distantes do centro econômico e comercial, exceto Piraquara, Campo Magro e Mandirituba, que fazem fronteira com os municípios mais ricos da região.

Figura 2: Linhas de riqueza por Município da RMC em 2010

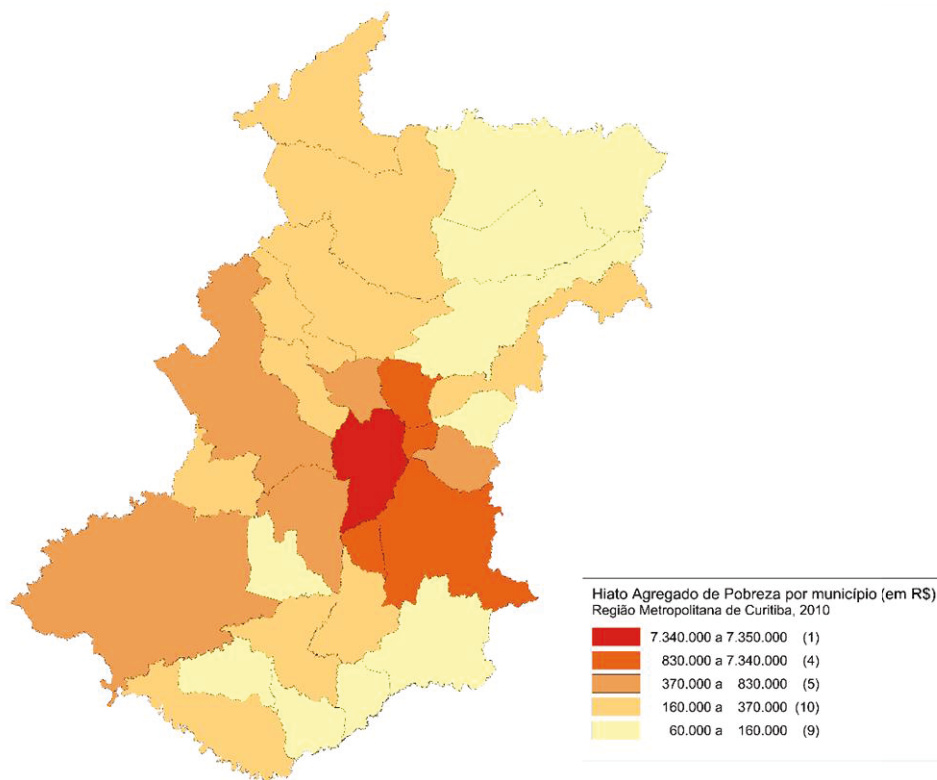


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

² Para a identificação dos municípios no mapa, referir-se ao APÊNDICE B.

A Figura 3 ilustra no mapa o Hiato agregado da Pobreza para os municípios da RMC. Conforme explicado anteriormente, o hiato agregado de pobreza representa a quantia a ser distribuída aos pobres para se eliminar a pobreza. Os municípios que apresentam os maiores hiatos agregados de pobreza são: Curitiba, Araucária e Fazenda Rio Grande. Podemos dizer que esses são municípios com maior intensidade de pobreza, e que, por isso, precisariam de transferências mais elevadas de renda para melhorar a distribuição. Os municípios da região Norte e Sul são aqueles com hiatos agregados da pobreza e linhas de riqueza mais baixos, o que pode significar que a distribuição de renda é mais igualitária, sendo necessário um menor volume de recursos para eliminar a pobreza.

Figura 3: Hiato Agregado da Pobreza da RMC em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideal igualitarista fortemente presente nesse trabalho parte da noção de que a desigualdade social no Brasil é excessiva e desnecessária, e considera que sua redução é benéfica para a grande massa da população. A implementação de políticas

distributivas é o caminho proposto para melhorar a qualidade de vida da população mais pobre, por meio de transferências de renda que partem dos indivíduos mais ricos da população.

O estudo realizado nesse trabalho sobre estratificação de ricos e não ricos é baseado nas informações de renda e, portanto, os resultados obtidos referem-se as diferenças econômicas das classes. Existem também várias outras diferenças sociais que não foram citadas nessa pesquisa, mas que não devem ser subestimadas, como diferenças de remuneração de trabalhadores devido à raça e gênero (Medeiros, 2005, p.30).

A lógica referente à linha de riqueza para fundamentar a regra de distribuição engloba métodos relativamente simples. Basicamente consiste em transferir recursos do mais rico da população para os extremamente pobres até que a pobreza seja eliminada. O limite da pobreza baseado nesse trabalho é distribuir recursos para todos os indivíduos com renda abaixo da domiciliar per capita de R\$140,00 mensais em 2010 na região de Curitiba e municípios metropolitanos. A linha de riqueza é o limite de transferências de renda, que parte dos ricos, necessária para eliminar a pobreza. Medeiros em sua metodologia defende que a definição de riqueza depende da distribuição de renda de uma determinada sociedade e, portanto, do hiato agregado da pobreza. O conceito de riqueza é relativo e depende da definição de pobreza utilizada (MEDEIROS, 2001, p.14).

É importante salientar que as linhas de pobreza e riqueza caminham em direções opostas. Ou seja, de acordo com a lógica distributiva baseada nessa monografia, linhas de pobreza mais baixas tendem a gerar linhas de riqueza mais altas (MEDEIROS, 2005, p.116). Nesse trabalho foi necessário fixar uma linha de pobreza sem entrar no mérito de julgamentos de valor, apesar das diversas controvérsias na literatura quanto a escolha do método mais adequado para mensuração dessa classe.

Uma das dificuldades para a análise de desigualdade de renda no Brasil refere-se a provável subestimação dos dados da pesquisa domiciliar realizada pelo PNAD, comum as pesquisas domiciliares de maneira geral. Essa limitação decorre da dificuldade das pesquisas em captar adequadamente algumas fontes de renda, por exemplo, renda não monetária de pequenos agricultores, rendimento de ativos, rendas eventuais ou voláteis. Argumenta-se que tais omissões estão concentradas

entre os mais ricos, que subdeclararam os rendimentos de ativos ou eventualmente se recusam a participar dessas pesquisas domiciliares, como também por parte dos mais pobres, que subestimam os rendimentos não monetários e as transferências eventuais, como seguro-desemprego e doações familiares. Vale também ressaltar, que indivíduos extremamente pobres também podem ter sido excluídos da distribuição por possivelmente viverem em áreas remotas, de difícil acesso, ou por não terem moradia e viverem nas ruas. (BARROS, CURY E ULYSSEA, 2007). Essas limitações referentes a base utilizada, pode nos levar a crer, portanto, que a desigualdade de renda é ainda mais acentuada.

Esse trabalho reafirmou a grande importância da erradicação da pobreza por meio da distribuição de renda e comprovou a grande concentração de renda na mão de poucos. Vimos que com apenas 0,6% da população rica dos municípios aqui estudados em 2010, seria possível acabar com 12,85% da população em estado de miséria. Se a comparação for feita entre os municípios, Fazenda Rio Grande destacou-se como sendo o mais desigual entre eles, onde com apenas 0,03% da população no topo da distribuição é equivalente a 10,73% de indivíduos em situação de pobreza. A distribuição é alarmante também para os municípios de Campo do Tenente, Pinhais, São José dos Pinhais, Curitiba e Araucária, respectivamente, onde a proporção de pobres (abaixo da linha de pobreza) e ricos (acima da linha de riqueza) supera 200 vezes nesses municípios. Além disso, de acordo com a lógica aqui estudada, encontramos para a capital paranaense a linha de riqueza que supera 1074 vezes a linha de pobreza, o que indica ser Curitiba a região com mais ricos na região metropolitana.

5 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Dentre a conclusão dessa pesquisa, podemos considerar como recomendações para trabalhos futuros uma das sugestões de Medeiros que recomenda o estudo mais aprofundado da situação de riqueza no país.

O estudo dos ricos é importante não só porque eles detêm grande volume de riqueza do país, mas também por terem forte poder político, sendo um grupo capaz de influenciar o rumo do desenvolvimento (MEDEIROS, 2005, p.251). A riqueza e poder político no Brasil, assim como no mundo, estão conectados na medida em que os cargos com maiores rendimentos são na maioria aqueles que possuem posições

privilegiadas para influenciar no processo legislativo e judiciário, como também na administração pública, na contratação de mão-de-obra e até mesmo para a formação da opinião pública (MEDEIROS, 2005, p.251). Devido a esse e vários outros fatores, é difícil se pensar em uma política distributiva no Brasil que consiga passar por todos os interesses econômicos da elite que está no poder.

Além disso, como sugestão para pesquisas futuras seria entender melhor a concentração espacial dos ricos e pobres de Curitiba e Região metropolitana, o porquê de as periferias não receberem as externalidades positivas que as grandes metrópoles oferecem e para a construção de políticas públicas eficazes que permitam o melhor acesso as oportunidades nessas regiões. Seria interessante também, expandir esse trabalho para outras regiões, Estados, como forma de mensurar a quantidade de recursos necessários para acabar com a pobreza extrema e facilitar a comparação entre os Estados a fim de focalizar as políticas públicas para as regiões mais alarmantes.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CURY, Samir; ULYSSEA, Gabriel. **A Desigualdade de Renda no Brasil Encontra-se Subestimada?: Uma Análise Comparativa com Base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais.** Rio de Janeiro: Ipea, 2007. (1263).

Texto para discussão. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1263.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BARROS, Ricardo Paes; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (Org.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: Ipea, 2006. 1 v. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5553>. Acesso em: 25 jun. 2015.

COLON, L. Brasil é o terceiro pior do mundo em desigualdade. **O ESTADO DE S.PAULO**, Brasília, 24 julho 2010. Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-terceiro-pior-do-mundo-em-desigualdade-imp-,585384>> Acesso em: 20 de junho de 2015.

COMEC: **REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2012. Disponível em:

<http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/RevistaComec_ABR_2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza.** São Paulo: EDUSP, 1998. 275p., il. (Academica, 22). Inclui referências e índice. ISBN 8531404738.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – **Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio.** Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/pt/noticiascenso?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadoressociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio>> Acesso em 16 de novembro de 2011.

MAGALHÃES, Beatriz. **Desigualdade de renda na região metropolitana de belo horizonte à luz do contexto brasileiro.** Cadernos BDMG, Belo Horizonte, n. 17/18, p. 123-158, out/abr. 2008/2009

MEDEIROS, Marcelo. **A Construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha de Pobreza.** Brasília: Ipea, 2001. (812). Texto para Discussão. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4070>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MEDEIROS, Marcelo. **As Fontes de Rendimentos dos Ricos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2004. 31 p. (1014). Texto para Discussão. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1014.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MEDEIROS, Marcelo. **O Estudo dos Ricos no Brasil**. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.99-128, jun. 2005a. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v7n1/marcelo.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos, ricos**: o outro lado da desigualdade social. São Paulo: Hucitec: ANPOCS, 2005b. 299 p. (Estudos brasileiros, 40). Inclui bibliografia. ISBN 8527106833 (broch.).

PINTO, Sergio Luiz de Moraes. **PROPOSTA E AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTRA A DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: A SOCIEDADE DE PARTICIPANTES**. 2006. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Administração de Empresas, Fgv, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2489/142236.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8571649782 (broch.).

ROCHA, Sonia. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Texto para Discussão, n.720. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3989>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2006. 244p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8522504237 (broch.).

APÊNDICE A POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO COM RENDA DECLARADA

COD_IBGE	Município	Total da população com renda declarada	População Pobre	População Rica
4100202	ADRIANÓPOLIS	6.368	1.531	25
4100301	AGUDOS DO SUL	8.242	1.446	62
4100400	ALMIRANTE TAMANDARÉ	103.057	7.468	34
4101804	ARAUCÁRIA	119.047	5.125	25
4102307	BALSA NOVA	11.265	1.971	23
4103107	BOCAIÚVA DO SUL	10.961	1.228	23
4104006	CAMPINA GRANDE DO SUL	38.629	2.855	121
4104105	CAMPO DO TENENTE	7.102	1.154	4
4104204	CAMPO LARGO	112.101	6.421	181
4104253	CAMPO MAGRO	24.811	2.083	433
4105201	CERRO AZUL	16.909	5.109	167
4105805	COLOMBO	212.515	11.809	92
4106209	CONTENDA	15.881	1.645	48
4106902	CURITIBA	1.745.237	71.221	301
4107652	FAZENDA RIO GRANDE	81.661	8.765	24
4111258	ITAPERUÇU	23.860	2.450	196
4113205	LAPA	44.858	5.672	74
4114302	MANDIRITUBA	22.171	3.098	147
4119103	PIÊN	11.230	1.349	100
4119152	PINHAIS	116.431	9.925	35
4119509	PIRAQUARA	88.401	8.405	280
4120804	QUATRO BARRAS	19.766	1.381	12
4121208	QUITANDINHA	17.083	3.510	145
4122206	RIO BRANCO DO SUL	30.647	3.793	136
4122305	RIO NEGRO	31.168	2.550	177
4125506	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	263.459	11.285	43
4127601	TIJUCAS DO SUL	14.505	1.838	11
4127882	TUNAS DO PARANÁ	6.253	1.323	9
4128633	DOUTOR ULYSSES	5.727	2.227	409

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE)

* Conforme a linha de pobreza de R\$ 140,00.

** Conforme a linha de riqueza estimada para o município.

APÊNDICE B MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



Fonte: <http://www.curitibacvb.com.br/ckfinder/userfiles/images/regiao-metropolitana-curitiba.jpg>

Disponível em 22 de Junho 2015